

Estados e municípios já devem Cz\$ 250 bilhões

Corrigindo-se, com base na inflação de janeiro/abril, a dívida interna dos Estados apurada em dezembro do ano passado, tem-se um passivo de Cz\$ 250 bilhões, que está crescendo entre 15 e 20 por cento ao mês, uma bomba-relógio que os governadores depositaram em cima da mesa do ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

O ministro, segundo confidenciam seus assessores, está em dificuldades: de um lado considera absolutamente indispensável a execução de um programa austero de gastos públicos, com o propósito de reduzir

o déficit, e sustenta que os Estados podem dar uma colaboração nesse sentido, comprimindo suas despesas; de outro, recebe apelos do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e de vários governadores, para atender aos Estados nessa situação de emergência.

Antes de deixar o Ministério da Fazenda, Dilson Funaro havia combinado com a liderança do PMDB e o presidente Sarney a execução de um projeto de consolidação das dívidas estaduais, mediante o exame caso a caso.

Segundo a combinação,

cada governador, até o final de maio, traria a Brasília uma radiografia completa da situação financeira do seu respectivo Estado, com indicações sobre os níveis de endividamento interno — em títulos públicos e em contratos de empréstimos com instituições financeiras oficiais e privadas — e o endividamento externo, indicando o que deveria ser pago este ano como amortização e juros.

Em função da natureza do endividamento, da estrutura financeira do Estado e da sua capacidade de geração de receita, seriam

estudadas alternativas específicas para a consolidação de cada dívida. Entre as propostas que chegaram a ser examinadas pela equipe de Funaro figuram a absorção do endividamento interno dos Estados, em títulos públicos, pelo Tesouro Federal, que trocaria as obrigações estaduais por OTN. Nessa hipótese, o Tesouro dos Estados ficaria devedor ao Tesouro da União, estabelecendo-se regras que permitissem um gradual pagamento desse débito, mediante prazos e condições compatíveis com a situação de aperto finan-

ceiro dos Estados.

Além disso, seria promovida uma renegociação da dívida em contratos de empréstimos com os bancos oficiais, basicamente Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal, nesta incluídos os créditos pertencentes ao extinto Banco Nacional de Habitação. Aos Estados caberia negociar a forma de pagamento dos empréstimos contraídos com bancos privados, mas a negociação seria mais fácil, tendo em vista que o Tesouro estadual estaria aliviado de outros compromissos.

Esse esquema foi basicamente mantido pelo novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira. No entanto, a explosão inflacionária que fez disparar o gatilho salarial praticamente todos os meses, levou os governadores a reclamar do governo federal ajuda de emergência para atender a essa inesperada situação.

Os Estados que comprometem praticamente toda a sua receita de ICM com o pagamento de pessoal, como é o caso do Rio Grande do Sul e da maioria dos Estados nordestinos, viram a folha salarial duplicar de valor entre janeiro e abril,

enquanto o acréscimo de receita do ICM não alcançou sequer a metade.

Diante das circunstâncias, o Governo está se comprometendo em conceder ajuda financeira de emergência aos Estados, tendo prometido auxílio imediato aos governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Tasso Jereissati, do Ceará. Trata-se de um crédito emergencial destinado a atender as despesas inadiáveis.

Os Estados e Municípios receberão, este ano, à conta dos fundos de participação, um pouco menos do que Cz\$ 200,0 bilhões, sendo

Cz\$ 107,2 bilhões de uma dotação incluída no orçamento votado pelo Congresso no ano passado, e mais Cz\$ 91,7 bilhões correspondentes à distribuição do excesso de receita previsto para este ano, de Cz\$ 523,4 bilhões, conforme projeto de lei que o presidente da República encaminhou ao Congresso.

Além dessa dotação orçamentária, os Estados receberão pelo menos mais Cz\$ 100,0 bilhões resultantes da aplicação de projetos financiados com recursos do orçamento federal nos diversos setores de atividade.